

REPERCUSSÕES DO 15 DE NOVEMBRO

Arthur VIRMOND e
Supply de LACERDA

Bem conhecida é a ação dos positivistas brasileiros no advento em nosso país do regime republicano e em sua organização inicial, tema que nos últimos anos vem merecendo a atenção de alguns autores em contribuições reveladoras.

Totalmente ignota porém é a repercussão do 15 de novembro nos meios positivistas estrangeiros, de que dous prontamente manifestaram-se perante o novel governo e de que outros ao evento referiram-se em suas atividades internas. Que manifestações foram essas e emitidas por quem é o que apuraremos a seguir.

Consistiu a primeira delas na mensagem enviada pela Sociedade Positivista de Estocolmo ao governo provisório, em 24 de novembro de 1889, subscrita pelo médico Anton Nystrom, daquele grêmio diretor e fundador em 1880.

Incansável divulgador do sistema de A. Comte, fundara o dr. Nystrom também o Instituto Operário, destinado ao ensino científico em moldes positivistas, iniciativa recompensada com pleno êxito, traduzido pela cifra de 2.820 conferências oferecidas em sua década inicial de existência, sob um público de entre 500 e 1000 ouvintes por sessão.

No ano de 1880 editou o escultor sueco em seis volumes ilustrados, uma portentosa História Geral da Civilização, prestigiada com o número notável de 4 miríades de assinantes. No ano precedente publicara em 486 páginas uma exposição geral do Positivismo, dedicada a Pedro Laffitte, a quem reconhecia como sucessor de A. Comte.

Pugnaz polemista, incendiou a opinião pública de seu país em torno da laicização do Estado, da supressão da faculdade de Teologia e de medidas congêneres.

A mensagem que expediu apresentava-se como segue:

"REPÚBLICA OCIDENTAL

Humanidade

Ordem e Progresso

Estocolmo, 24 de novembro de 1889.

A Sociedade positivista de Estocolmo tem a honra de dirigir ao Governo esclarecido na nova República a expressão de seu profundo respeito e suas sinceras felicitações pela justa revolução que vem fechar a fase monarquica da independência do Brasil.

Toda a Suécia democrática acolheu a grande nova com a mais viva simpatia, e admirou a atividade firme e resoluta dos que, como os membros do Governo provisório, tomaram a iniciativa de emancipar seu país das formas velhas de governo e de subtrai-lo à influência funesta do clericalismo na alta sociedade.

A Sociedade positivista constata com satisfação a feliz influência que teve o Positivismo sobre o desenvolvimento da nação brasileira, e ela deseja bem sinceramente que esta grande doutrina possa, de uma maneira de mais em mais eficaz, secundar o surto de uma civilização plenamente científica e humana no Brasil.

Possam os obstáculos que o Governo encontrará em sua obra regeneradora e talvez defensiva, ser superadas pela sabedoria que dirigiu seus primeiros atos, afim de que ele possa oferecer ao mundo um novo exemplo da aptidão das Repúblicas modernas a cultivar as grandes idéias da Humanidade e a satisfazer as condições da Ordem ao mesmo tempo que às do Progresso.

Viva a República Brasileira!

Pela Sociedade Positivista de Estocolmo:

Seu Diretor,
 Antom NYSTROM,
 Doutor em Medicina".

Três semanas volvidas, alguns positivistas parisienses (em número superior a 39) sob respectivamente proposta e redação de seus correligionários Vaillant e Emilio Corra, dirigiram esta mensagem a Benjamin Constant, Ministro da Guerra da insipiente república:

"Os republicanos positivistas de Paris, felizes por saberem de maneira definitiva a proclamação e a constituição da República no Brasil com a divisa sistemática Ordem e Progresso adotada pelo novo governo.

Enviam aos republicanos do Brasil e em particular ao Governo provisório que tão pacificamente e com uma tão grande elevação de espírito e de caráter operaram a modificação das instituições políticas deste país, a expressão de suas calorosas simpatias e de seus votos os mais cordiais pela consolidação de seu triunfo.

Paris, 13 de Bichat de 101 (15 de dezembro de 1889)".

No subseqüente ano de 1890, a Revista Ocidental, órgão de divulgação positivista editada sob a direção de Pedro Laffitte em Paris, estampou três apreciações concernentes à inovação política em tela, das quais a primeira devida ao próprio diretor do periódico, em artigo de abertura.

Discípulo, senão predileto de A. Comte, foi Laffitte o que com o filósofo mais privou, de todos o que mais assiduamente o freqüentou e que o sucedeu na condução do movimento positivista francês e destarte, mundial em certa medida, e que enriqueceu desenvolvendo solidamente a doutrina em inúmeros livros que (mesmo hoje) lêem-se com proveito.

Em sua análise do 15 de novembro, pondera: nele "não houve de verdadeiramente imprevisto senão a data do acontecimento". "É evidente, prossegue, que o império brasileiro era uma anomalia no sistema político próprio ao conjunto da América, onde o regime republicano impõe-se necessariamente nas populações cujas tradições

essenciais são indiretas e provém do Ocidente, e cujas tradições que lhes são pessoais não emanam em nada das condições que fizeram a realeza oportuna em o Ocidente... A República era então inevitável no Brasil. Parece bem certo contudo que seu momento foi avançado pelo caráter retrógrado que tomava o poder imperial em apoiando-se sobre o elemento teológico."

Não podendo "senão aprovar" o evento, julga-o "profundamente orgânico", caracterizado "antes como evolução do que como revolução", que creditou ao "bom senso da população brasileira", bem assim à "penetração do positivismo e do espírito positivo naqueles que tão afortunadamente cumpriram esta grande transformação", aludindo a Benjamin Constant, cujo papel aquilata: "... ele inspirou-se no verdadeiro espírito científico de que o Positivismo é a expressão suprema". E completa: "Como homem de Estado filósofo, ele compreendeu o que havia de aplicável na grande doutrina renovadora..."

Embora sem pretender o articulista "absolutamente que a revolução brasileira seja uma revolução puramente positivista", reconhece a manifestação evidente do espírito positivo em alguns de quantos protagonizaram-na.

Formula em seguida votos por uma ação política moderada e firme, lembrando aos novéis governantes "que a dominação dos homens de Estado verdadeiramente emancipados (da teologia e da metafísica. N. A.) é a condição verdadeira de toda liberdade".

Ao de Laffite segue-se o artigo de João Eugênio Robinet, médico e, à exemplo daquele, um dos executores testamentários de Comte.

Intitulado "O Estados Unidos do Brasil" reputava o governo monárquico "por assim dizer estranho ao país", "suportado antes que aceito" pela massa da população, "o que é provado pelos movimentos de oposição" subseqüentes a 1822.

Considerava o imperador deposto como sujeito "a influência crescente" de seu genro, o Conde d'Eu, que ao governo imprimiu "um caráter de mais em mais retrógrado e intriguista". Julga a seguir o próprio Pedro II, em que vislumbrava duas faces: uma, "para exportação", representava-o como "o mais justo e o mais esclarecido dos homens, o

mais indulgente e o mais liberal dos soberanos". A outra revelava um rei "caturra e finório", empenhado em "transformar em monarquia absoluta seu poder constitucional".

Frisando o anti-abolicionismo do regime extinto, verbera o escravismo negro antes de saudar o novo governo, cujos mentores haviam obtido seus "desideratos fundamentais": "autonomia nacional, abolição da escravidão, instituição da república". Encerra seu artigo exprimindo "altamente o voto de vê-la (a república brasileira. N. A.) em breve reconhecida" pelo governo francês, igualmente republicano.

Também na Inglaterra abordou-se o evento, referido no discurso de 1º de janeiro de 1890, por ocasião da Festa da Humanidade, oficiada em Londres por Frederico Harrison, jurisconsulto de larga colaboração em variegadas revistas em matéria filosófica e secretário perpétuo do Partido Laboral.

Entendia ele "ainda muito obscuras" as circunstâncias sobre as quais verificara-se o destronamento, para sobre ele permitir-se um "julgamento seguro e ainda menos prever o futuro do país". Ressalta o cariz pacífico da transformação, em desfavor do que qualificou "uma dinastia popular e progressiva", conquanto em termos algo diversos considerasse o regime em si, em passo cuja transcrição é merecida: "Dom Pedro, diz-se, era um soberano constitucional ideal, respeitado, honrado e amado por todos; sua herdeira era, ao que se conta, uma mulher de alta moralidade e de grande energia, que não temia arriscar o futuro de sua dinastia, em cumprindo o grande ato da abolição da escravidão. Se isto for verdadeiro, nada nos impede de associarmos-nos aos testemunhos de simpatia pessoal que acompanharam os membros da família real em sua queda trágica, protestando contudo contra as invectivas furiosas que seus cortesãos dirigiram aos homens que os destronaram. Mas que lição é preciso tirar deste acontecimento? Esta: a de que o império era um anacronismo e um cerimonial; um resto interessante de representação histórica, que a menor corrente de opinião pública bastou para lançar ao Atlântico... O devotamento à pessoa do Imperador, a popularidade aparente da dinastia pesaram menos que poeira na balança. A monarquia, enquanto instituição, estava ressecada em sua raiz".

No mesmo 1º de janeiro e em igual ensejo, diria o dr. Nystrom por seu turno em Estocolmo, referindo-se a Benjamin Constant: "... foi ele quem insistiu pela abolição da monarquia, quando o Sr. Fonseca estava a princípio disposto a contentar-se com uma simples mudança de ministério. Esta revolução ensina-nos além disso que a marcha normal das sociedades não saberia ser detida pelo mais belo caráter de monarca, não mais que por suas tendências liberais, e que o clericalismo pode causar os piores estragos para os próprios príncipes." Foi observação rica em sugestões...